



# Assembleia de Freguesia de S. Victor

Município de Braga

Mandato 2025/2029

ATA nº 2

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos (21h30m), nas instalações da Junta de Freguesia de S. Victor, sita na Rua de S. Victor, nº 11 – 4710-439, S. Victor, em Braga, reuniu a Assembleia de Freguesia presidida pela primeira secretária, Cristiana Dias Pereira, devido à ausência do presidente, Miguel Francisco de Almeida Pereira da Rocha. A primeira secretária solicitou apoio para secretariar a assembleia devido à ausência do segundo-secretário, Carlos Alberto Vieira Ferreira, sendo substituído por Mário Rafael Correia Gonçalves.-----

Para além dos membros da mesa, estiveram presentes os seguintes eleitos:-----

Amar e Servir Braga (ASB): David Alves Ferreira, Cristina Margarida da Silva Fontes, Rui António da Costa Magalhães que substituiu Paula de Fátima Aveiro Batista Veras, Osvaldo António dos Santos Oliveira, Liliana Simões de Oliveira Magalhães e Bruno Miguel Martins Araújo que substituiu, Ana Margarida Machado Oliveira que substituiu Diana Patricia de Braga Pereira que substituiu Luis Filipe Lourenço Magalhães que substituiu Luis António Lessa que substituiu Márcia Filipa Gonçalves Palha que substituiu Carlos Alberto Vieira Ferreira.-----

Partido Socialista (PS): Helena Maria da Costa Queirós, Luís Amaro Cruz Cerqueira, Cláudia Alexandra Miranda Moutinho dos Santos Correia e José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro.-----

Juntos por Braga (JPB): João Alberto Granja dos Santos Silva, Hugo André Nogueira de Sá, Susana Gabriela Brandão Fernandes que substituiu Manuel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha que substituiu Elisa da Conceição Lourenço Rosa e Jorge Daniel Paredes Abreu.-----

Chega: Diego Henrique Carvalho.-----

Iniciativa Liberal (IL): Bernardo de Matos Fernandes Videira Gonçalves.-----

Verificaram-se as seguintes faltas justificadas:-----

ASB: Paula de Fátima Aveiro Batista Veras, Ana Margarida Machado Oliveira, Diana Patricia de Braga Pereira, Luis Filipe Lourenço Magalhães, Luis António Lessa, Márcia Filipa Gonçalves Palha e Carlos Alberto Vieira Ferreira.-----

JPB: Manuel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha e Elisa da Conceição Lourenço Rosa.

IL: Miguel Francisco de Almeida Pereira da Rocha. -----

Confere Doc. 1 a 10.-----

Verificou-se a seguinte falta injustificada:-----

Chega: Camilo Fernando da Silva Couto e Abreu.-----

Seguidamente, no período destinado à intervenção do público, a Presidente em funções deu a palavra ao público. Não tendo havido pedidos de intervenção, A Presidente deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos e deu por aberto o período de intervenções dos membros da Assembleia de Freguesia.-----

De seguida, a Presidente declarou aberto o *Período de antes da ordem do dia*, tendo sido solicitada a palavra pelos seguintes eleitos:-----

- **Voto de Congratulação** pela recuperação da escola do Bairro Económico apresentado por João Granja, (JPB), o qual, submetido a votação, foi aprovado com os seguintes votos: Contra, 0; Abstenções, 4 do PS; em favor, 14 dos restantes partidos e movimento. A declaração anexa-se e se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. (Cf. Doc. 11).-----

- **Declaração Política**; apresentada por Cláudia Correia, (PS), a qual se anexa e se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. (Cf. Doc. 12).-----

- **Recomendação**; apresentada por Luís Amaro, (PS), submetida a votação e foi aprovada por unanimidade dos presentes. A declaração anexa-se e se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. (Cf. Doc. 13).-----

- **Declaração Política**; apresentada por Cristina Fontes, (ASB), a qual se anexa e se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. (Cf. Doc. 14).-----

- Informação e recolha de dados; apresentada por David Ferreira, (ASB). O interveniente, na qualidade de líder de bancada, recordou aos membros da Assembleia que estava a decorrer um debate para a constituição de uma Comissão eventual para a revisão do Regimento da Assembleia. Informou ainda que faltava a nomeação de um representante do partido Chega, tendo esclarecido que este tema voltaria a ser apreciado no Ponto Quatro da ordem do dia.-----

Encerrado, pela Sra. Presidente, o **Período de antes da ordem do dia**, os trabalhos da *Ordem do dia* começaram.-----

Nos termos da legislação aplicável, a Presidente enunciou os pontos da Ordem do dia, cujo Edital se anexa e se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. (Cf. Doc. 15)

Seguidamente a Presidente deu início aos trabalhos referentes ao **Ponto Um** da *Ordem do Dia*, a saber, **aprovação da ata referente à 1ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia realizada a 31 de outubro de 2025**. (Cf. Doc. 16).-----

Dada a palavra aos presentes, interveio João Granja (JPB), que sugeriu a substituição da expressão “os eleitos que encabeçaram as listas votadas para a Assembleia de Freguesia” por “líderes de bancada”. Sugestão não contrariada.-----

O mesmo interveniente sugeriu ainda a necessidade de se ponderar o regresso das reuniões da Assembleia às instalações cedidas pela Escola EB2/3 Dr. Francisco Sanches, de forma a proporcionar melhores condições de espaço e conforto. Mais sugeriu a elaboração de uma **Declaração de aceitação da convocatória e demais documentos anexos por via digital**, a ser assinada por cada um dos eleitos da Assembleia de Freguesia e ainda que o registo de presenças fosse feito por uma “**Folha de Presenças**”. Acrescentou, por final, ainda que na ata fosse alterado o português do “não obstaram” bem como substituir os eleitos por *conferência de líderes*.-----

De seguida interveio Bernardo Gonçalves, da IL, que sublinhou a necessidade de se acautelar a proteção de dados na publicação das Atas no site da Junta de Freguesia.-----

Posta a votação, o **Ponto Um** foi aprovado por **unanimidade**.-----

De seguida a Presidente abriu o debate à discussão do **Ponto Dois** da ordem do dia, a saber, “**Apreciação e Votação do Plano de Atividades, Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Mapa de Pessoal 2026**. (Cf. Doc. 17)”.-----

O Presidente do Executivo, Alberto Alves, usou da palavra para apresentar o Plano de Atividades, conforme documento que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. (Cf. Doc.18). -----

De seguida, usou da palavra Helena Queirós (PS) que fez a seguinte declaração: “Sr. Presidente, caros membros do Executivo e da Assembleia, caros fregueses de São Victor, o Partido

Socialista, a bancada do Partido Socialista, analisou as Grandes Opções do Plano para 2026. E o que vemos? Infelizmente, há um documento de gestão administrativa quando São Vítor precisava de um documento de visão estratégica. Este Plano é a fotografia nítida de uma junta que gere o dia-a-dia, mas que parece ignorar as transformações tectónicas que estão a mudar a face da nossa freguesia. Reconhecemos o valor das tradições acalentadas, mas, Sr. Presidente, em 2026, São Vítor não pode ser apenas a *Procissão da Burrinha* ou o *Cantar das Janeiras*. Somos a freguesia mais complexa e multicultural de Braga. Este Plano revela-se, em pontos vitais, curto na ambição e tardio na resposta.-----

Primeiro, a invisibilidade da nossa topografia. O Plano afirma querer uma freguesia inclusiva. No entanto, vivem hoje em São Vítor cidadãos de mais de 100 nacionalidades diferentes e este documento não indica uma única linha e uma única estratégia de administração ativa. Não basta distribuir cabazes alimentares, é preciso quebrar barreiras linguísticas, culturais e burocráticas. Onde está o gabinete de mediação intercultural? Onde está o apoio à integração escolar das crianças dos migrantes? Ignorar esta realidade não é ser solidário, é ser omissivo perante a nova identidade de São Vítor. -----

Segundo, uma mobilidade voltada para ao lazer e ignorando o perigo real.-----  
O Executivo propõe ciclo-oficinas e aulas de bicicleta: muito bem, mas Sr. Presidente, enquanto ensinamos a andar de bicicleta na Praça da Justiça, os nossos fregueses arriscam a vida ao atravessarem verdadeiras cicatrizes urbanas como a Rodovia e a Variante. Com a abertura da residência universitária da Confiança, teremos centenas de novos peões a circular em zonas de trânsito rápido, e ainda assim, o Plano não prevê uma única auditoria de segurança pedonal, nem uma estratégia clara de pressão política junto do Município para proteger a freguesia e garantir percursos seguros. -----

Terceiro, uma política de saúde que remedeia, mas não previna. É louvável o empréstimo de canadianas e de cadeiras de rodas. Mas isso é assistência social, não é política de saúde. Onde estão os rastreios de proximidade? Onde está a resposta à crescente crise de saúde mental que afeta jovens e idosos isolados? São Vítor tem a escala certa para ser um laboratório de literacia em saúde e prevenção comunitária. No entanto, este Plano limita-se a reagir. Espera que o freguês adoça para o apoiar, em vez de o ajudar a não adoecer. -----

Quarto, ausência de rigor estratégico e de fundamentos técnicos. Para além das falhas de conteúdo, este Plano revela uma fragilidade preocupante, a tal ausência de contextualização. De onde surgem estas prioridades? Onde é que está o diagnóstico social e demográfico que as sustenta? Um Plano não pode ser uma lista de intenções desligadas da realidade estatística da freguesia. Mais grave ainda, o documento omite qualquer método de avaliação, metas concretas ou indicadores de sucesso. Sem objetivos mensuráveis, esta Assembleia e os cidadãos não conseguem fiscalizar a execução. Sem métricas, este Plano não é um compromisso de resultados. é apenas um conjunto de promessas.-----

Quinto, o isolamento e a cegueira institucional. Este Plano ignora o ecossistema único em que São Vítor se insere. Ignora o ecossistema e impede que se explore com maior profundidade o potencial da população institucional. Este Executivo insiste em governar de costas voltadas para o território. Uma aposta numa parceria com a ciência, no desenvolvimento de um possível parceiro académico institucional local, conferiria uma sustentabilidade e um alcance que a Junta, sozinha, jamais terá. Ignorar a proximidade à Universidade do Minho e às forças vivas da freguesia não é apenas uma falha de planeamento, é um desperdício de inteligência estratégica. Prefere-se o isolamento da maioria, à eficácia da recuperação. E esta fragilidade não é inevitável. Quando comparamos São Vítor com outras freguesias de Concelho, percebemos que o problema não é a

falta de meios, mas a falta de método. Existem freguesias que apresentam planos com estrutura clara, separação entre planeamento e execução, articulação entre objetivos e orçamento, em São Vítor, infelizmente, recebemos um documento que descreve atividades, mas não define uma direção, um plano que permite governar, o relatório e limita-se a justificar rotinas. ----- Sabemos que muitas destas matérias extravasam as competências direitas da Junta da Freguesia, mas governar localmente não é executar tudo. É diagnosticar, articular, liderar e pressionar quem tem responsabilidade. A proximidade ao território é uma vantagem política, e não uma desculpa para a inação.-----

A nossa posição é clara e construtiva. Não estamos aqui para criticar. Estamos aqui para propor que este plano seja reforçado. São Vítor precisa de um gabinete de apoio ao Presidente Internacional, uma auditoria de segurança pedonal urgente com foco no eixo da Fábrica da Confiança, uma rede de saúde de proximidade com rastreios regulares e apoio psicológico e uma matriz de objetivos e indicadores que permita avaliar com transparência a execução deste plano. Este Executivo apresenta-se como um zelador do passado, nós acreditamos que São Vítor precisa de um motor para o futuro.-----

Não nos basta que a Junta funcione como uma IPSS, exigimos que funcione como um governo local moderno, capaz de ler as ruas, antecipar problemas e liderar soluções. São Vítor merece mais do que a gestão do costume, merece uma estratégia, merece liderança e merece respostas à altura de quem aqui nasceu e de quem aqui escolheu viver.”-----

De seguida usou da palavra João Granja do Juntos por JPB e disse: “Muito bem! Dizer que nós, enquanto lista, tínhamos o nosso programa eleitoral. Quando nos foram pedidos contributos ao abrigo do Estatuto de Oposição, juntámos aquilo que era público em relação àquilo que foram as nossas reflexões, o nosso trabalho, e nós podemos sempre dizer que se estivéssemos nós a governar já teríamos a nossa visão, que não é esta, mas estamos aqui para também respeitar a democracia, a vontade do povo e também para dar oportunidade ao Executivo de executar aquilo que para eles é a tarefa fundamental da sua candidatura e que é o seu próprio programa e por isso nós vamos nos abster na votação deste programa, dando precisamente a possibilidade ao Executivo, de, com legitimidade popular, de levar à prática o que muito bem entende como prioridade para a freguesia. Mas, tal como fez a minha antecessora do Partido Socialista, isso não significa que nós não tenhamos a obrigação de expressar as nossas avaliações e as nossas posições, sobretudo com o intuito de valorizar o nosso desempenho coletivo, de propiciar o debate e a discussão num espaço de excelência, que é este, e também para se perceber que tipo de críticas e de sugestões podem no futuro ser assumidas, e porque isto é um plano e é um orçamento, normalmente há sempre a possibilidade de se fazer mais e melhor, se houver vontade, energia, determinação e também recursos, que é um tema que falaremos mais à frente. -----

E, ciente das nossas responsabilidades, uma vez que na minha bancada, esta tarefa, me ficou alocada, eu fui fazer um exercício que julgo que era importante fazer, que foi ler e estudar, lembrar, o plano de atividades para 2025. Não fui consultar o de há 5 anos, nem o de há 10 anos, fui ao de há 1 ano, e, de facto, aquilo que hoje nos foi presente foi uma grande surpresa. E, por outras palavras que não nas da minha antecessora, eu direi que é uma surpresa negativa. E vou explicar porquê.-----

É que esta junta é uma junta de continuidade da anterior equipa de trabalho e o Presidente que a lidera é, digamos, descendente do património coletivo daquilo que se foi fazendo, por isso, ele também foi parte integrante de quem produziu este documento, um documento de 50 páginas, com 49 itens, com uma excelente introdução de 3 a 4 páginas. E, então, o que nós vemos hoje é que, neste mesmo grupo, aparece-nos um documento de 18 itens, com 19 páginas, em que muitos

dos itens caíram, desapareceram, pura e simplesmente, no caso dos imigrantes é um exemplo clamoroso, mas há mais. E não se percebe como é que alguém que já tem experiência de desenhar planos de atividades, consegue apresentar um documento desta natureza sem sequer 4 linhas introdutórias.-----

Isto é uma lista corrida de itens, e há 3 parênteses. Não há enquadramento, não há o estudo, não há a orientação estratégica, não há a leitura da realidade, não há a definição das traves-mestras de intervenção. Eu não queria ser indelicado, mas esperava-se para São Victor, uma das maiores freguesias do Norte, não se esperava um documento tão modesto, tão curto, que não nos deve orgulhar precisamente, porque eu acho que foi feito em cima do joelho. -----

E, neste caso concreto, nós não temos a desculpa da pressa ou da pressão. Aliás, eu estranhei porque é que, trouxeram isto a esta assembleia. Porque quando há eleições, a própria lei permite que a apresentação do plano de atividades e orçamento possa ser feita numa data posterior que não aquela que é obrigatória nos anos normais em que tem de ser feita em dezembro. Por isso que, depois de grandes trabalhos e do calor das eleições, a lei permite que, até 90 dias, este documento seja apresentado numa fase posterior. Acontece nas câmaras, acontece em outras freguesias e em outras freguesias, essa prerrogativa foi utilizada. E eu diria que quase valia a pena, que a tivessem utilizado para recuperar mais ideias.-----

E então, sem prejuízo daquilo que vou dizer e aí estou de acordo com a Sra. Deputada no Partido Socialista, aquilo que é mesmo grave é a ausência de visão estratégica, planos de valor, linhas de orientação, quer dizer, que tem lá a visão, os valores e a missão. Mas é só uma “chapa 4” sem grande valor ou interesse. -----

O que interessaria saber é quais são os nossos eixos de intervenção, as prioridades? -----  
O Ricardo Silva fez isto muito bem aqui. Quatro páginas de texto sobre isso. Pode-se gostar, pode não gostar, pode concordar, pode não concordar, mas está aqui. E isto foi de facto surpreendentemente estranho não haver essa introdução enquadadora, assistimos aqui a um desfilar de um simples rol de itens. -----

E querem ver coisas que desapareceram e que são para nós muito relevantes? -----

O capítulo dos “recursos humanos” com o subsector da qualificação, da melhoria e da avaliação, desapareceu! Desapareceu por inteiro. Foi um dos muitos que se volatilizou.-----

A segurança e proteção civil, há um ano, tinha três páginas. Três! Com várias ideias, vários projetos, vários aspetos relevantes. Passou para dez linhas. E há uma versão muito resumida que eu não descrevo agora. Vão lá ver. É que eu fiz o trabalho, por isso que fiz o trabalho bem feito e tenho consciência do que estou a dizer, e por isso, se tiverem alguma dúvida, confirmem-me, por favor. Que eu também corrigirei se, porventura, estiver a faltar à verdade.-----

Há uma coisa interessantíssima, que no documento da responsabilidade, na altura da equipa liderada pelo Ricardo Silva, é de facto muito importante para uma freguesia como São Vítor, porque nós somos uma freguesia de características urbanas, somos uma freguesia especial, somos uma freguesia onde a Junta tem um conjunto de competências restritas, mas também tem outras dores de cabeça. E, ciente disso, o Firmino Marques, também já o fazia, outras listas no passado também o fizeram, identificavam, no plano de atividades, projetos que, no entender do Executivo, podem e devem ser acompanhados. E isso eram três páginas inteiras no documento de 2025, e aqui, zero, bola!-----

E vejam, por exemplo, a ocupação do espaço da Francisco Sanches, da Confiança, não são questões da competência, por exemplo ainda, das escolas, não são questões da competência direta da Junta, mas são preocupações nossas. E são preocupações que devem justificar o acompanhamento, a reivindicação, o discurso.-----

E se isso figurar como preocupação no plano de atividades é positivo. E por isso aqui, o Ricardo Silva, dedicava três páginas, e aqui, desapareceu. É factual e também difícil de entender. Eu não tenho dúvida e assumo que estamos perante um programa mais pobre, que evidencia menos trabalho de elaboração e menos ambição. Essa parte da menos ambição é que é uma coisa que eu acho estranha. Porquê? Como diz o povo, para trás de mijá a burra e nós estamos a andar para trás.

E há algo estranho se passa porque não é isto que nós esperávamos e sobretudo, se o anterior executivo fosse o Partido Comunista ou o Partido Socialista ou qualquer outro, eu acharia, que o “copy/paste” pudesse ser violento. Mas o “copy/paste” aqui existe, como também já vamos ver. Há aqui “n” situações em que encontramos o “copy/paste” direto.-----  
Agora, a supressão, a tesoura é que foi violenta porque cortaram um conjunto de questões. O caso da segurança é paradigmático, o caso dos imigrantes é um exemplo paradigmático.-----  
De facto, não se compreende: a campanha “tampinha amiga e solidária”, “a celebração dos “dias temáticos”, a plataforma para os pais acompanharem a qualidade da alimentação, as medidas de apoio à comunidade migrante. Eram compromissos públicos que não foram cumpridos em 2025, mas que poderiam ser cumpridos em 2026 ou em 2027, por exemplo o do livrinho, o guia para distribuir aos migrantes, foi tudo varrido!-----  
Limpendo as páginas, limpando o teclado, não há compromisso!-----

E há depois as cópias precipitadas e mal feitas! O exemplo da Bioblitz nas Sete Fontes e muitas outras notas em que até as vírgulas não foram copiadas.-----  
Não houve sequer o trabalho de refazer, de adaptar, de atualizar. Por exemplo, nas Sete Fontes há novidades, há outras matérias, há outros assuntos. Isto podia ter sido aproveitado para valorizar os textos.-----

E por isso, meus caros, nós vamos abster-nos, mas há uma responsabilização política por este estado da arte, que depois de estudar a lição, comprova que o Executivo não esteve bem, esteve muito abaixo dos mínimos olímpicos e poderiam ter aproveitado a quadra Natalícia para fazer um bocadinho melhor o trabalho ou então ter adiado esta assembleia para janeiro e apresentar algo que, a meu ver, não vos envergonhasse!”.-----

Seguidamente usou da palavra Bernardo Gonçalves da IL que disse: “Gostaria também de renovar os cumprimentos a todos os presentes. Sinto-me, de certa forma, solidário com muitas das críticas que a oposição, as outras bancadas elencaram aqui. Algumas delas nós também subscrevemos. -----

Após analisar o Plano de Atividades o que nos salta à vista é a continuidade em linha com o efetuado pelo anterior executivo.-----

Posto isto, temos a lamentar principalmente duas situações.-----

A primeira que já foi referida é a falta de detalhe em algumas das iniciativas. Há propostas de atividades muito detalhadas, como, por exemplo, a “Procissão da Burrinha” com dois parágrafos dedicados à história da iniciativa e outras em que a descrição pouco acrescenta ao título da atividade.-----

Considerámos que, a bem do escrutínio do trabalho regular e exigente do executivo, o plano deveria ser um pouco mais detalhado, com a inscrição de metas num intemporal de objetivo da atividade que se propõe. Há outras, como, por exemplo, a atividade “cartão farmácia” em que fazia sentido, se calhar, ter determinado o valor do cartão em questão.-----

Por outro lado, somos também obrigados a pensar na falta de inclusão de algumas das nossas contribuições.-----

A Iniciativa Liberal tendo noção da falta de flexibilidade orçamental da Junta de freguesia, focou-se em apresentar propostas que tivessem impacto mínimo ou único nas contas da Junta.----

Apresentamos sete propostas que não tiveram pleno acolhimento neste Plano, mas iremos votar abstando-nos, por considerar que este é o primeiro plano deste executivo e que esperamos que haja melhorias nos próximos.-----

Estamos disponíveis para trabalhar com a Junta para, no futuro, ver acolhidos mais dos nossos contributos. Obrigado.”-----

Ato contínuo, a Presidente deu a palavra a José Eduardo Gouveia (PS) que fez a seguinte *declaração de voto*: “Eu aproveito então agora, há pouco falei, mas recorrendo à figura regimental da “Declaração de Voto”, eu queria, de facto, desejar a todos um excelente mandato. É, de facto, um privilégio estar de volta a esta da Assembleia de Freguesia, que não é uma Assembleia de Freguesia qualquer, é diferente das outras apenas porque é a nossa, neste contexto paroquial do que aquilo que é nosso é bom e aquilo onde nós estamos é bom e o que os outros fazem é sempre inferior àquilo que nós fazemos. Esta, de facto, é uma Assembleia de Freguesia que, ao longo da última década, se vem destacando como uma Assembleia de Freguesia com um nível de debate político, um nível de seriedade naquilo que é o cumprimento das figuras do regimento, daquilo que é a análise política da freguesia, e daquilo que é a forma como os partidos e os grupos se enquadram entre si para procurar aquilo que é, de facto, o melhor para a freguesia, faz desta Assembleia a grande Assembleia de Freguesia do Concelho, que muitas das vezes, no passado, e acredito que também neste mandato será, muitas das vezes, uma antecâmara daquilo que é a Assembleia Municipal.-----

E, portanto, dizer que é, de facto, um gosto para mim estar de volta a esta Assembleia de Freguesia. No grupo do Partido Socialista, nós optamos por fazer a análise deste ponto em dois tempos. Há, de facto, aqui uma análise política que foi feita e que não vale a pena escamotear mais, os dados são concretos, mas quando somos convidados a fazer a análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento, mais do que também analisarmos aqui os números e aquilo que é o rigor dos números, devemos também analisar aquilo que são as opções políticas, porque quer queiramos, quer não, mesmo que digamos que não somos políticos por sermos autarcas, não somos políticos, a nossa função é ser políticos, para isso é que fomos eleitos, e é isso que temos de fazer, que é fazer política.

Mas, de facto, olhando também para este Orçamento, há aqui alguns dados que são, que eu acho que devem ser trazidos aqui, para uma discussão saudável, e convidar também as outras bancadas a participar desta discussão, não pode ser também apenas e só o Executivo a vir fazer a defesa daquilo que é o seu trabalho e a sua visão, mas é importante também perceber que nós estamos aqui a aprovar um Orçamento. Um Orçamento que a grande ou a esmagadora maioria daquilo que são as suas receitas, vem efetivamente do Orçamento do Estado e daquilo que é feito dos impostos. A Junta de Freguesia não tem recursos próprios, não recolhe receitas próprias, que sejam capazes de sustentar um Orçamento como nós queremos, um Orçamento que começa a ser um Orçamento interessante, do ponto de vista daquilo que é o volume global, mas que depois também não se traduz naquilo que é a potencialidade desta freguesia, mas já lá vamos.----- Há aqui um ponto que eu também tenho que ser solidário, não só com o Presidente de Junta, não só com o Executivo, mas com todos os autarcas deste país. Continua a ser, e eu normalmente meço com cuidado as minhas palavras, mas continua a ser uma vergonha a fatia que o Fundo de Financiamento das Freguesias aloca para as suas autarquias locais, por exemplo. Isto é bem manifestamente pouco fácil.-----

Há os aumentos brutais de inflação, há os aumentos brutais do custo de vida, há os aumentos brutais que a contratação pública hoje acarreta. Nós temos milhares de concursos públicos que ficam todos os dias vazios, todos os meses vazios, todos os mandatos vazios. Neste país, porque os preços básicos foram calculados em consultas de mercado, que já não fazem

sentido, então se fazem consultas de mercado feitas há seis meses, feitas há um ano, feitas no mandato passado que hoje impedem que qualquer agente económico queira celebrar um contrato público com o Estado.-----

Mas também é importante perceber que, cada vez mais, há um aumento também daquilo que é receita da freguesia que advém do IMI. O IMI, quer queiramos, quer não, é um imposto direto que vem das pessoas, é um imposto. Podemos discutir se o IMI é um bom ou mau imposto, mas isso é uma questão para outras núpcias. Mas o IMI tem uma base, antes de decidirmos se ele é bom ou se é mau, tem um princípio fundamental, que é: o IMI é um imposto estabelecido, precisamente para a manutenção do espaço. Eu pago, através da coleta do IMI, para que o espaço público seja mantido, mais que não seja, à volta da minha Habitação.-----

E não acontece que, cada vez há mais IMI a ser recolhida e a engrossar cada vez mais o orçamento, quer da Câmara, quer da freguesia. Por isto nós não podemos ter uma freguesia ou abandono. A Rua da Quinta da Armada é um escândalo para quem tem de passar lá todos os dias. Não estou a falar da questão da obra da fábrica da Confiança. Estou a falar que em 2013 foi pavimentada uma rua e em 2025 temos uma rua que é uma vergonha para quem conhece esta freguesia. Uma promessa foi feita que, antes do fim do anterior mandato do executivo camarário haveria pavimento novo! A própria AGERE tem responsabilidade: rasga a freguesia para fazer novos ramais de acesso e deixa-se lá o alcatrão todo retalhado para que, no fim do dia, as pessoas tenham as suas ruas como temos, por exemplo, a Rua da Quinta da Armada. -----

A Rua do Pêro Vaz de Caminha está fechada há 6 anos. Há uma rua desta freguesia que está fechada há 6 anos! Essas pessoas pagam IMI, e cada vez mais. -----

A falta de limpeza nos espaços públicos é gritante!-----

Os parques infantis foram arrancados no anterior mandato, sem solução, e não se vê deslumbre para a substituição dos parques infantis!-----

A falta de paragens e as paragens de autocarros não são consequentes com aquilo que é uma freguesia da nossa dimensão!-----

O que é que eu quero dizer com isto? 20% do orçamento desta Junta de Freguesia vem de impostos e vem de taxas diretas pagos pelos fregueses e não há uma repercussão direta naquilo que é a qualidade de vida dos fregueses.-----

E este orçamento falha! Falha todos os dias! -----

Quando temos um orçamento limitado, com uma freguesia com demasiado potencial para ser uma IPSS. Mais de metade do orçamento desta freguesia é para salários.-----

Isto é uma PME demasiado cara para passar atestados. -----

E nós não podemos estar confortáveis a vir aqui aprovar um orçamento em que 52 ou 53% do orçamento é para salários. E ainda se vai aumentar!-----

Este orçamento ainda vai aumentar a despesa para salários face aos orçamentos anteriores.

Isto não é uma junta de freguesia! Porque as competências que esta freguesia tem, gastar mais metade do orçamento em salários, fica muito aquém do seu potencial.-----

Falamos em competências, falamos em competências, falamos em competências, a delegação de competência é a palavra mais de batida nesta assembleia de freguesia. Falamos apenas, nas Grandes Opções do Plano de Orçamento, já foi aqui escamoteado, consta apenas um pobre parágrafo, o último, em que se pede mais delegação de competências e se pede mais dinheiro. Fala-se inclusivamente na gestão do espaço público e na reabilitação do mobiliário urbano.-----

Mas isto aqui, as costas do “espaço público” são largas, não é? Isto é o mais fácil. Nós temos de dizer o que é que nós queremos. Queremos ter a gestão das infraestruturas? Queremos

ter as escolas? Queremos ter condições da Câmara e do Estado Central para aumentar o nosso mapa pessoal? Queremos administrar diretamente aquilo que são os funcionários desta freguesia que trabalham todos os dias para as nossas crianças e para os nossos idosos? Seja que o conveniente para os Planos de Mobilidade? A 75/2013 diz-nos tudo, não é? Não preciso estar aqui a explicar aquilo que são as competências das Juntas de Freguesia. -----

Não pode haver um parágrafo, não podemos vir aqui falar de competências e depois ter um parágrafo, ter um orçamento em que se dedica metade do orçamento a pagar salários e depois querer competências e não dizer que competências queremos. -----

Uma sugestão que eu deixo, uma sugestão pedagógica; no passado havia um documento que nos era entregue que era um desdobramento das iniciativas mais relevantes.-----

Há duas rubricas na contabilidade pública, que é a 02 e a 07, tem as costas largas e é onde cabe lá tudo. É o repositório das rubricas de despesa dos dados e não é só um problema das freguesias, vai de cima a baixo. -----

Mas é importante que nós saibamos, de facto, de que forma nós gastamos o dinheiro. Não é por falta de transparência. Nós, no passado, chegávamos ao ponto em que sabíamos quanto é que custava o alimento para os cavalos da Procissão da Burrinha. Nós não precisamos deste nível de rigor, mas também não faz mal nenhum.-----

Mas é importante, porque depois fica mal quando num orçamento tão grande e, ao mesmo tempo, tão limitado, temos 10 mil euros para condecorações. Se calhar se houvesse um desdobramento, esta rubrica não cairia aqui num marasmo que nós não sabemos muito bem. Uma freguesia que não tem funcionários, uma freguesia que gasta 10 mil euros por ano em condecorações, uma freguesia que gasta 10% do seu orçamento para a aquisição de bens e serviços, uma freguesia que, no seu orçamento para a aquisição de bens e serviços, ou seja, que é onde a Junta faz, onde a Junta compra os recursos para fazer, nós não podemos ter 10% do orçamento para a aquisição de bens e serviços em deslocações e estadias.-----

Se calhar até está lá o “transporte do Coro”, para fazer aqui a Procissão da Burrinha. Eu não sei. Eu quero transparência. Se calhar eu sei que já cá estivemos no passado e outros tantos já estiveram no passado. Não podemos ter 10 mil euros em condecorações e não ter uma rubrica aberta para perceber onde é que se gasta este dinheiro. Não podemos ter “deslocações de bens e serviços” sem perceber onde é que se vai gastar este dinheiro.-----

O que isto revela também é a falta de rigor e a falta de cuidado com que fizeram este documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento. E isto, meus caros senhores e minhas caras senhoras, isto não é ser... , isto é ser oposição. Não há problema nenhum em ser oposição. Quem ganha é governo, quem perde é oposição. Fiscaliza, sugere, mas nós não podemos achar que este nível de “*laissez-faire, laissez-passer*” é adequado para aquilo que é a realidade da nossa freguesia e, portanto, vamos-mos abster, efetivamente, também. É o primeiro e porque não estamos aqui para obstaculizar, estamos aqui para ajudar a contar caminho e, nesse sentido, a nossa intenção de voto será a abstenção, mas não podíamos deixar de trazer aqui esta meia dúzia de apontamentos que consideramos serem demasiado graves para deixarmos passar em branco. Muito obrigado a todos.”-----

Seguidamente a Presidente ofereceu a apalavra aos presentes. -----

O Presidente do Executivo tomou a palavra e disse:-----

“Mais uma vez, boa noite. Vou dispensar os cumprimentos que já fiz anteriormente. Mais uma vez agradecer a todos os contributos. Foi o nosso primeiro Plano.-----

Em relação à “extensão” que foi falada aqui, foi uma das maiores críticas do passado, a “extensão do Plano de Atividades”, sei que são pessoas diferentes. Estamos aqui para melhorar e

agradecer a todos os contributos que nos foram dados. Neste caso, como eu dizia, é o primeiro Plano de Atividades e Orçamento. Portanto, não é perfeito. Tenho agora, com todos os vossos contributos, espaço para margem de progressão. Com certeza, no próximo ano, será mais claro, mais denso, mais encorpado para a visão do Executivo e da Assembleia.-----

Agradecer a confiança dos votos em abstenção porque neste caso serão decisivos para majorar a visão e a missão que apresentarão a estratégia para o futuro. Em relação às receitas próprias, não há, tal como o colega José Eduardo falou, não temos a gestão de cemitérios, não temos gestão de feiras, romarias, imóveis próprios, arrendados, e não há delegação de competências da Câmara Municipal. Portanto, vamos solicitar o apoio da Assembleia para que isso seja possível. Algo que já foi vindo a ser solicitado anteriormente. Nós temos essa ambição de pedir uma delegação de competência à Câmara, até que, tal como o José Eduardo disse, o nosso orçamento é bastante curto. Mais uma vez, reiterar os agradecimentos pelos vossos contributos, serão uma mais-valias no Plano e nas Grandes Opções do próximo ano. Muito obrigado”.-----

Seguidamente, não havendo mais intervenções, a Presidente colocou à votação o Plano de Atividades e Orçamento para 2026. O resultado da votação foi o seguinte: 10 abstenções, (1 do Chega, 1 da IL, 4 do PS e 4 do JPB) e 8 votos a favor do ASB. **Aprovado o Ponto Dois da Ordem do Dia.**-----

A Presidente deu início ao **Ponto três** da *Ordem do Dia*, a saber, **aprovação da Tabela de Taxas e Licenças**. (Cf. Doc.19).-----

Por João Granja foi feito um “*Ponto de ordem à Mesa*” nos seguintes termos: “O Ponto anterior não é votado por atacado! Tem de se partir o ponto em *Plano de Atividades e Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal. Três pontos e três votações.*-----

Intervio na discussão suscitada, Luís Eduardo Gouveia (PS), informando que pretendia voltar a usar da palavra no âmbito da discussão sobre o “Plano Plurianual de Investimentos”.-----

João Granja voltou a usar da palavra “Questão de metodologia: acho que seria razoável aceitar a divisão deste ponto em “Plano de Atividades e Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal”. Os presentes aceitaram que o ponto dois da ordem do dia fosse dividido em três correspondentes a cada um dos títulos enunciados, a saber, fosse feita a Plano de Atividades e Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal. Todos aceitaram que estava encerrado o ponto referente ao Plano e Orçamento e que seriam apreciados seguidamente o PPI e, depois, o Mapa de Pessoal.-----

Ato contínuo e para se pronunciar sobre o PPI (Plano Plurianual de Investimento) tomou a palavra José Eduardo Gouveia que disse: “Há aqui um ponto do PPI que nós queríamos trazer e de facto aqui houve um erro da minha parte porque nós temos aqui um pedido do Executivo que solicita uma autorização expressa para celebrar “contratos plurianuais” até ao montante de 89 759.47 euros por ano sem a necessidade da aprovação e da votação individual nesta assembleia. À primeira vista pode parecer uma questão meramente técnica, mas sejamos claros, esta autorização permite à Junta comprometer quase 300 mil euros ao longo de 3 anos sem debate prévio, sem avaliação política e sem o contraditório também desta Assembleia de Freguesia.-----

É evidente que não compete a Assembleia de Freguesia governar, compete a Assembleia de Freguesia também escrutinar de forma e em que moldes, neste caso quase 300 mil euros, serão gastos. Basta consultar a informação do Presidente relativamente ao mês de novembro para perceber que esta delegação de competências é praticamente injustificada neste relatório consta compromissos com entidades como por exemplo a *Aluxe* e a *Curso*. Em conjunto nas contas da Junta passam 6.600 euros anuais! Nós estamos a falar aqui de uma *décalage* de 6.600 euros anuais

para 99 mil, nós falamos de uma *décalage* de 93 mil euros e nós gostaríamos também de perceber de que forma há esta necessidade. -----

Se a Junta tem funcionado e bem, com contratos desta grandeza, impõe-se a pergunta: o que é que faz Sr. Presidente? Eu tenho de lhe perguntar a si e a toda a Assembleia. É necessário impor um teto de quase 10 vezes superior àquilo que tem sido o PPI? Ou vem aí algum envelope financeiro de que nós nada sabemos? Há algum acordo feito com o Presidente de Câmara que obrigue a freguesia a investir tanto sem autorização prévia? E de facto, se há esta necessidade e uma vez que no PPI não consta, diga-nos o Sr. Presidente, porque é que se antecipa ou que contrato se antecipa, na ordem dos 100 mil euros, que não pretende que se discutam aqui de forma prévia. Portanto, este PPI tem de ser votado. Nós temos desde o momento uma intenção de voto e vamos ver como é que o levamos até ao fim, porque de facto deixamos passar aqui por incompetência minha, devo começar. Mas eu acho que o Sr. Presidente pode e deve vir aqui explicar e convido também as outras bancadas a fazerem parte deste debate. Mais que não seja para aqui ficarmos todos esclarecidos. Isto é pedagogia também! Muito obrigado.”-----

A Presidente ofereceu de novo a palavra sobre este tema.-----

João Granja agarrou a oferta e disse: “Para poupar o Sr. Presidente a vir aqui responder duas vezes, avanço já. Eu ia falar nisto mais à frente, mas já que estamos com a “mão na massa”, importa dizer que há aqui duas questões que para mim são diferentes.-----

Uma é a questão processual, outra é a questão substancial e é a questão daquilo que estamos a discutir. -----

A primeira é que os senhores leem (Ponto 2 da Ordem do Dia): *Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento e sabemos bem o que isso é; Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Mapa de Pessoal.*-----

No entanto não figura em nenhum item da “Ordem do Dia” o documento fisicamente autónomo que nos foi entregue e foi referido na análise do deputado Luís Eduardo Gouveia e que tem por título “Proposta - autorização prévia, genérica favorável à assunção de Compromissos Plurianuais, (...)”.(Cf. Doc.20.) É uma proposta da Junta. e que está embrulhada, está camuflada, tipo filho de canguru para quem vai abrir o PPI. Isto não é para ser assim! O Sr. Presidente da Junta tem de ir à Assembleia Municipal de Braga, porque lá é um ponto autónomo. na assembleia intermunicipal do Cávado, onde estão os autarcas de toda esta região, este é um ponto autónomo.

Nós temos de saber bem o que estamos a votar, porque na prática o que é isto? Se quisermos ver pela positiva, é a Junta a dizer-nos: deixem-nos contrair responsabilidade até ao momento “X” e depois nós vimos cá na reunião seguinte dizer onde gastamos o dinheiro. O que é isto? É para agilizar a gestão.-----

A Junta deve ter coragem, tirar um ponto autónomo e pô-lo aí. Porque eu estava preparado para dizer, mais à frente, que isto não consta expressamente na ordem de trabalho. Tem de ser retirado e tem de ir para a próxima sessão, porque não há nenhum ponto na ordem de trabalho onde esta proposta cabe. Isto está encavalitado numa coisa que não tem nada a ver com isto que é o PPI. O PPI é um plano plurianual de investimentos, não tem a ver com a assunção de compromissos. Isto já se passou aqui no passado, em São Victor e foi denunciado e eu pensei que ia ficar como vacina para o futuro. Mas eu acho que as pessoas têm sempre a tentação de lançar o barro à parede e ver se isto passa sem dor. Se passa de forma discreta. Esta é a primeira questão. É a questão processual. Isto deve ser um ponto específico da ordem de trabalhos. Informem-se! Eu acho que isto tem lógica. Porque as pessoas percebem e até percebem porque é que o papel fisicamente vem à parte, e há uma proposta, vem para aquela temporada e está explicada e até está assinada. Até está definida, como uma coisa diferente. -----

Eu até tinha de sublinhar depois a segunda parte, a que o meu antecessor também já fez referência. É o seguinte: é que se em nome da agilização, se se permite, com tetos tão altos, numa freguesia com tão poucos recursos, permitir à Junta que façam isto, meus caros amigos, estamos a tirar a maior parte do poder substantivo da Assembleia, porque esta despesa pode ser feita em qualquer rubrica do Plano.-----

Porque qual é o grande poder da Assembleia? É, relativamente às grandes decisões económico-financeiras, verificar se há ou não há conformidade, se há ou não há adequação entre aquilo que é o fim que a Junta definiu e os meios de que dispõem. O que é aqui dito é que pode ser feita despesa desde que aloque a uma rubrica do Plano. -----

Mais, se vocês verificarem, também a bancada do PS já chamou atenção para isso, há aqui uma desadequação, no passado tínhamos o Sr. Ferraz para explicar isto muito bem, entre aquilo, agora não tendo o Sr. Ferraz, somos nós que temos de esforçar-nos para compreender, eventualmente com ajuda do Urjais que é craque na matéria, mas para dizer que se não há conjugação direta entre aquilo que são as declarações do Plano de Atividades e o que está a ser orçamentado, torna-se difícil perceber!-----

Primeiro isto é difícil, mas para além desta dificuldade, se a Junta, por qualquer razão, resolver utilizar estes tetos para consumir todos os recursos, nós vamos estar a fazer o papel da Rainha da Inglaterra e a receber, à terceira-feira, uma comunicação a dizer que estas questões estão decididas. Se alguém tem dúvidas ou percebe menos bem aquilo que eu estou a dizer, vai à “Informação do Presidente” e está lá a última paginazinha, onde diz onde foram as últimas despesas de que nos estão a dar aqui conhecimento. Por isso, isto é importante para as Juntas de Freguesia de grande dimensão, como Lisboa ou outra, em que as necessidades de gestão do dia-a-dia são tão pressionantes que não são compatíveis com o calendário das Assembleias de Freguesia, mas como o nosso orçamento que é mais pequenino do que o Arentim e Cunha ou o de Panóias, nós não chegamos a meio milhão de euros porque somos uma freguesia urbana, nós temos de contar trocos, temos de contar todo o dinheirinho e por isto não se justifica uma questão destas.-----

Agora repito, há duas questões diferentes. A primeira é que isto deve constituir um ponto próprio de ordem de trabalhos e a minha opinião é que a Junta devia tirar e colocar na próxima “ordem de trabalhos” da Assembleia de Freguesia e, se calhar, ajustar os valores para valores mais razoáveis. Acho que era bom que o fizesse, era pedagógico!-----

E acho que a oposição não vai complicar. Eu espero que não complique e da nossa parte pode ficar em não vamos complicar, mas isto aqui tem de ser mais ajustado, mais bem feito. Isto tudo não acho bonito, não é que o correto tecnicamente, não é bonito, e muito não é sério está a meter isto embrulhado no PPI e tentar que as pessoas não reparem, que isto passa como se fosse uma coisa normal e não é! Não é mesmo! Por isso que nós estamos cá, também para andar de olhos abertos e fazer o trabalho porque somos políticos”.-----

De seguida a Presidente voltou a oferecer a palavra.-----

O Presidente do Executivo pediu autorização à Presidente da Mesa para que fosse dada a palavra à contabilista do executivo Elsa Maciel para que possa prestar as explicações da parte mais técnica do PPI. Pediu à Mesa autorização para que a contabilista desse a resposta à dúvida do José Eduardo Gouveia por ser mais técnico.-----

Interveio José Eduardo Gouveia com dois “Ponto de Ordem” à Mesa, a saber e nestes termos: “O Sr. Presidente chamou uma pessoa externa para vir tomar a palavra. Não respondeu à segunda parte do ponto que foi colocado por outra bancada, que é sobre a retirada deste ponto. E antes de., há uma deliberação, a assembleia de freguesia pediu a retirada do ponto, ... Eu creio que

é cortês, antes da explicação, decidir se vamos ou não avançar com a votação do ponto. A segunda parte da minha intervenção, tem que ver precisamente com o facto de uma pessoa externa à Assembleia de Freguesia, que não pode usar a palavra sem a Assembleia de Freguesia anuir. Portanto tem que se posto à consideração de todos.”-----

Seguidamente foi pedida a palavra por João Granja que disse: “Sra. Presidente dá-me licença que faça um “Ponto de Ordem” à Mesa? É só para dizer que, e faço isto com intuito pedagógico, não mais do que isso; Senhora Presidente esta é uma Assembleia que está reunida, que é soberana para fiscalizar o trabalho da Junta e é essa é a nossa responsabilidade, e, por isso, aqui, quem comanda as operações é a Sra. Presidente ou com o beneplácito da Assembleia e, por isso, quando há a determinação, explicando de forma mais detalhada, se intervém alguém de fora da Assembleia, a Junta não tem o poder de determinar se fala lá ou fala aqui.”-----

Quem comanda as operações é a Sra. Presidente e a Sra. Presidente, face a essas circunstâncias, se entender assumir sozinha essa responsabilidade di-lo, se entender, como é correto, colocar à apreciação da Assembleia, deve fazê-lo. Se a Assembleia não concordar, quando a Senhora assumir sozinha, a assembleia recorre para o plenário e decide da decisão a que fica vinculada. Por isso, em termos práticos, estamos em condições de fazer a aprendizagem necessária. Julgo que ouvir a técnica contratada pela Junta será sempre positivo, mas há o princípio formal que deve ser respeitado. Quem comanda as operações é a Mesa da Assembleia, não a Junta de Freguesia na tomada de decisões que vão além do âmbito normal da Assembleia”.-----

De seguida a Sr<sup>a</sup>. Presidente deu a palavra ao Presidente da Junta que disse: “Pensei que tivesse ficado assente que se iriam separar os pontos, logo de início, antes do João Granja intervir” a que retorquiu João Granja: “Mas esse ponto não existe ali!”. O Presidente da Junta acrescentou: “Permitem que a nossa técnica explique a situação?”, “A Senhora Presidente pode inquirir a Assembleia?”.-----

A Presidente inquiriu os membros da Assembleia sobre a existência de alguma oposição a que fosse ouvida a técnica contratada pelo executivo. Ninguém se opôs e, por isso, Dra. Elsa Maciel, contabilista contratada pela Junta, tomou a palavra para dizer sobre o documento “Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais(...)” (Doc.20). que ele tem de agendado e apreciado num ponto autónomo da “Ordem do Dia”. O Executivo na elaboração da “Ordem do Dia” entendeu diferentemente e incluiu-o no PPI. O PPI é um documento com informação diferente onde constam as previsões das despesas de capital e não tem a ver com este documento. Este documento pode ter a assunção destes compromissos, mas não se limitando as despesas de capital ou ao PPI. Este documento deve ter um ponto autónomo porque pode comportar qualquer despesa. Pode contemplar uma qualquer aquisição de serviço ou aquisição de bens que se contratualize por um período que exceda um ano civil e contabilístico.

O valor de 99 000 euros, não é um “cheque em branco”, não só porque há sempre fiscalização, mas também porque é o limite legal que a “Lei dos Compromissos” e Lei 197/99 permite que a Junta de Freguesia assumira. Os compromissos plurianuais são todos aqueles que se registam em dois ou mais anos contabilísticos que ocorrem de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.----

Este documento não é um cheque em branco porque qualquer verba que seja aí contemplada terá sempre ter uma rubrica alocada e isso passa sempre pela decisão da Assembleia.

Finda esta explicação o João Granja declarou que estava satisfeito com a explicação e reiterou a opinião e vontade anteriormente expressas no sentido de aquele documento ser objeto de um ponto de apreciação e deliberação na Ordem do Dia da próxima Assembleia.-----

Interveio o Presidente da Junta inquirindo os membros da Assembleia sobre a possibilidade de haver separação dos pontos e votação.-----

Retorquiu João Granja: “Em relação a isto a primeira parte está explicada. Isto é um ponto autónomo, aliás fisicamente está preparadinho para ser um ponto autónomo. A Senhora Técnica fez o favor de explicar, há aqui duas situações. Uma é dizer, a Junta pode gastar 6 000 euros para comprar uma coisa qualquer desde que tenha a ver com uma rubrica que esteja no Plano de Atividades e tenha cabimento no Orçamento. Está orçamentado, gasta e depois, na Assembleia, vem uma folhinha a dizer, neste tempo que mediou da outra Assembleia a esta, nós utilizamos esta prerrogativa para adquirir isto, isto e isto. E aí teremos a identificação dos montantes e entidades a quem se pagou cada uma delas. A Senhora Técnica aqui foi além do seu papel de técnica, começou a entrar na política, mas pronto acreditamos que não foi de forma intencional. A Senhora Técnica afirmou que “a Assembleia controla!”. Pois controla, mas uma coisa é controlar *ab anteriori* outra é controlar *a posteriori*, porque se, por exemplo, o Executivo entender que a compra de um atrelado para a carrinha tem a ver com a rubrica de “despesas de transportes” e não estiver no Plano de Atividades, está o gasto feito e o que vai fazer a Assembleia de Freguesia? Nós, aqui, andamos anos a poupar para comprar a carrinha e nós somos uma Junta que gere tostões, não somos uma Junta de milhões, e por isso, se calhar, dar o beneplácito para estes gastos não é ajustado, mas é a nossa opinião, uma opinião política, uma opinião que podemos discutir na próxima sessão.-----

O que é que faz confusão nesta história, mas que algumas pessoas, não digo que seja o caso, aproveitam de forma intencional, é que lá explica também, nesta deliberação, que podem ser assumidas responsabilidades que têm repercussão numa lógica plurianual e pode impactar no PPI e por isso é que há aqui uma *conexozinha* com o PP, mas é uma conexão meramente operacional e não é um elemento legitimador para que este documento possa ser incorporado no PPI, porque isto diz mais de outras coisas até mais importantes para a gestão do dia a dia do que o mero impacto no PPI e sim, estamos a atirar para outros anos de exercício as responsabilidades que a Junta vai assumir.-----

Eu acho que aqui não temos de fazer nada. O Senhor Presidente da Junta deve inserir este documento num ponto da ordem do dia de uma próxima assembleia. Se entender incluir alterações, pode e deve fazê-lo. Se for apresentado com limites razoáveis, nós cá estaremos para votar. Entretanto proponho que se aprecie e vote os demais pontos.”-----

A Presidente voltou a oferecer a palavra.-----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente pôs à votação o Plano de Atividades e Orçamento, tendo apurado: 10 abstenções (PS, JPB, Chega e Iniciativa Liberal) e 8 votos em favor do ASB. **Aprovado Plano de Atividades e Orçamento.**-----

A Presidente, obedecendo à determinação da Assembleia sobre a forma de votação a ser feita no âmbito do ponto dois da Ordem do Dia, ofereceu a palavra aos membros da Assembleia para apreciarem o PPI. Não havendo novas apreciações sobre o PPI, avançou para a votação, tendo apurado: 10 abstenções (PS, JPB, Chega e Iniciativa Liberal) e 8 votos em favor do ASB. **Aprovado o PPI.**-----

Seguidamente a Presidente deu início à terceira alínea do ponto dois da *Ordem do Dia*, a saber, **apreciação e votação do Mapa de Pessoal 2026**. Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente passou à votação, tendo apurado: 10 abstenções (PS, JPB, Chega e Iniciativa Liberal) e 8 votos em favor do ASB. **Aprovado o Mapa de Pessoal.**-----

A Presidente deu início ao **Ponto Três** da *Ordem do Dia*, a saber, **aprovação da Tabela de Taxas e Licenças**. Pediu a palavra João Granja do JPB para sugerir ao executivo que tivesse maior cuidado na apresentação dos documentos quer na forma, quer no conteúdo. Sugeriu ainda que fosse junto à tabela proposta o regulamento. Sublinhou a falta de dignidade do documento

apresentado à apreciação e votação da Assembleia. Acrescentou ainda ser uso e costume relevante, os documentos serem acompanhados por uma intervenção do Presidente da Junta para justificar as alterações, o seu alcance, as razões das alterações. Esta explicação é devida aos eleitos à assembleia. Explicou que os eventuais aumentos que forem além da inflação calculada pelo INE devem ser justificados e ser demonstrada a correspondência entre o custo e valor da prestação auferida pelo utente e a taxa que lhe é exigida. Mexer na tabela de taxas e licenças é assunto ponderoso que exige rigor quer na apresentação, quer na demonstração e justificação. Seguidamente pediu ao Presidente da Junta que, na falta de apresentação prévia, apresentasse agora a justificação para os aumentos patentes na tabela apresentada à apreciação e votação dos eleitos.-----

De seguida o Presidente da Junta tomou a palavra e remeteu para um erro de impressão a fraca qualidade do documento entregues aos membros eleitos da assembleia e declarou que os valores apresentados eram os mesmos do ano anterior sem qualquer alteração em comparação com ao ano de 2025. -----

João Granja tomou a palavra para declarar que o JPB se absteria na votação, mas que sempre recomendava a necessidade de enviar aos eleitos as tabelas bem impressas, bem como de atualizar as tabelas no *site* da Junta. As tabelas constantes nesse *site* não coincidem com as que foram apresentadas e, neste ponto da ordem do dia, o executivo merece vitupério e recomenda que se não se negligencie a dignidade de uma Junta como a nossa. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente passou à votação, tendo apurado: 9 abstenções (PS, JPB e Chega) e 9 votos em favor do ASB e “IL”. **Aprovada a Tabela de Taxas e Licenças 2026.**-----

A Presidente deu início ao **Ponto Quatro** da Ordem do Dia, a saber, **constituição de uma comissão de trabalho para revisão do Regimento**. Pediu a palavra o membro da assembleia do ASB, David Alves Ferreira para informar os presentes da formação desta comissão sob égide do Presidente da Mesa, estando a comissão à espera da nomeação de um representante do partido Chega. -----

Diego Carvalho, do Chega, pediu a palavra e informou que seria ele a integrar a comissão em representação do seu partido. -----

No seguimento destas intervenções e sem que houvesse qualquer pedido de intervenção, a Sra. Presidente deu por plenamente constituída a comissão de trabalho e deu por encerrado este ponto da ordem do dia.-----

Ato contínuo, a Presidente abriu à discussão o **Ponto Cinco** da Ordem do Dia, a saber, **verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções dos membros da freguesia a tempo inteiro**. (Cf. Doc 21).-----

Pediu a palavra o membro da assembleia, Luís Amaro, do PS que declarou: “O PS vota contra a “verificação de requisitos relativos ao exercício de funções do tesoureiro da junta de freguesia a tempo inteiro para o mandato 25/29”. Pelas seguintes razões:-----

Primeiro, devido ao número de eleitores, a Junta já tem direito a um presidente a tempo inteiro. A que soma, embora não seja cargo político, quatro funcionários administrativos, incluindo um técnico superior. Além de considerarmos não se ter verificado que a permanência de mais um membro a tempo inteiro tenha aportado qualquer valor extra no mandato anterior.-----  
Segundo, esta decisão implica uma encarga anual de cerca de 43 800 euros, suportados exclusivamente pelo orçamento da Freguesia. No contexto de iniciativa económica, entendemos que este montante deveria ser canalizado para apoio social, melhoria do espaço público ou resposta às necessidades dos fregueses ou das próprias instituições e coletividades da Freguesia e não para

um novo salário público.-----  
 Terceiro, os próprios documentos do executivo revelam uma quebra significativa da receita.-----  
 A receita baixou de cerca de 571 mil euros no exercício anterior para 421 mil previstos para 2026.  
 Perante uma redução de cerca de 146 mil euros, aumentar a despesa fixa é uma opção politicamente imprudente.-----

Quarto, a proposta aproxima perigosamente a Freguesia de limite legal de 12% de receita para cargos remuneratórios políticos. Com uma margem de segurança mínima, qualquer desvio na arrecadação de receitas pode colocar São Victor em risco de incumprimento legal. -----

Quinto, não é apresentada uma justificação operacional convincente. O número de eleitores, por si só, não justifica a necessidade.-----

Em suma, esta proposta não é financeiramente prudente nem politicamente necessária neste momento. Contudo o Partido Socialista está disponível para voltar a analisar a medida no futuro, caso se verifique a delegação de um conjunto de competências e, assim, o justifico.-----

Por respeito ao interesse público e à saúde financeira da Freguesia de São Victor, o Grupo Partido Socialista vota contra”-----

Pedi a palavra o membro da assembleia, João Granja, do JPB que disse: “Relativamente a esta matéria, em circunstâncias normais, se nós tivéssemos um orçamento mais folgado, eu diria que era razoável esta decisão e até conferiria esta prerrogativa ao executivo, Nós fizemos até aqui um esforço para contribuir para que as estratégias do executivo arranquem, mas esbarramos neste ponto da ordem do dia e suscitou-nos um sobressalto. O Presidente da Junta queixa-se que a Junta tem dificuldades, limitações, poucos recursos, poucas receitas. Por isso metade das atividades que vinham do executivo de Ricardo Silva caíram. Houve uma forte poda no plano de atividades. Isto significa que a atividade do executivo é condicionada pelos rendimentos que tem. Em 2024 o rendimento da freguesia era de 569 000 euros, em 2026 temos uma previsão de 421 000 euros. Uma redução significativa que deveria, para o gestor rigoroso e prudente, significar uma política de “apertar o cinto”. Com esta decisão a freguesia vai consumir 10% do orçamento. Se metade do orçamento é comprometido com salários, temos um número pesado de iniciativas sacrificadas. Assim pergunto: no passado, quem cumpriu esta função de segundo elemento remunerado, não trouxe mais-valia ao desempenho da Junta. Esse elemento até se notabilizou pelo facto de circular pela freguesia, anotando as matrículas dos carros e participando essas transgressões. Mas não nos parece que este tipo de trabalho acrescente valor às funções da Junta de freguesia e que seja um trabalho da Junta em prol dos fregueses. Para essa função existem os fiscais de estacionamento dos transportes urbanos. Nós não estamos a utilizar uma prerrogativa do Estado, há juntas de freguesias pequeninas que tem um presidente a meio-tempo, mas nós temos um presidente a tempo inteiro e temos uma máquina administrativa sólida. No passado quem cumpria esta função era o Secretário. Hoje a proposta é que seja o Tesoureiro a cumprir estas funções. Mas o Tesoureiro tem também um trabalho específico e é auxiliado por uma funcionária técnica de contas. Esta é uma boa pratica, haver quem, externa ao executivo, venha garantir a correção dos procedimentos referentes às contas. Neste ambiente de “pobreza franciscana”, tendo nós uma contabilista capacitada, com mandato, com excelente nome na praça; acham que se justifica gastar, num segundo elemento do executivo a tempo inteiro, cerca de 44 000 euros, 20% do orçamento disponível? Achamos que não. Bastaria vir às reuniões da Junta deliberar e deixar a máquina e o Presidente da Junta executar. Assim aconteceu ao longo de muitos anos. Claro que é diferente o grau de disponibilidade dos membros do executivo para cá virem colaborar com estas tarefas. Aqui a Junta de freguesia não faz podas, ou arranja caminhos. É uma Junta essencialmente de serviços, promotora de atividades, não nos parece que justifique duas pessoas bem pagas para gerir algo que

pode ser gerida por uma. Basta vir cá às reuniões do executivo as vezes que forem necessárias e recorrerem a uma técnica especializada sempre que for necessário tratar das contas e garantir que o dinheiro é bem gerido conforme às regras que regem este sector. Por isso não faz sentido estar a consumir tão elevada percentagem dos recursos da Junta. Vejam, se eu pegar em 43 847 euros eu posso apoiar dez iniciativas com orçamentos de quatro mil e tal euros cada. Conseguimos repor apoios aos clubes e coletividades como se fez em tempos de vacas mais gordas. Por isso nós estamos a trocar encargos com funcionários por atividade real, apoio social, diria que um cheirinho para todos. Desafio a Junta a apresentar argumentos que justifique isto que estivemos a afirmar aqui toda a noite e que está plasmado nos papeis que temos à nossa frente. Nós temos de ver aqui o interesse da freguesia e dos fregueses, dinheiro para as atividades e coletividades, uma boa qualidade de serviços, com boas chefias e um bom quadro de atendimento, que poderia ter um horário de atendimento um bocadinho mais alargado pois as pessoas preferem atendimento nos serviços até um pouco mais tarde, mesmo que comece também mais tarde, mas nada é perfeito! Temos de reconhecer que a Junta tem um quadro de funcionários qualificados e eficazes. Face a isto, fará sentido tomar uma decisão destas? A meu ver não! A menos que seja para perpetuar práticas antigas de fiscalização do estacionamento que é tarefa da PSP, dos fiscais da TUB. Não faz sentido estar a pagar tanto dinheiro para o desempenho de funções destas.”-----

Terminada esta intervenção, a Presidente voltou a oferecer a palavra aos membros da assembleia. Ninguém tomou a palavra para apontar inconformidades dos requisitos relativos ao exercício de funções dos membros da Junta de freguesia a tempo inteiro. ----- De seguida foi dada a palavra a Cristina Fontes eleita pelo ASB. No uso da palavra defendeu a pertinência de um segundo elemento do executivo a tempo inteiro. A freguesia é grande e tem crescido. As competências já transferidas exercem-se ao serviço de um crescente número de fregueses. Este executivo é novo e assumo com ambição um novo projeto. Uma das maiores freguesias do Norte não pode, não deve repousar somente nos ombros de um edil a tempo inteiro. O executivo tem de estar atento e disponível para mais de 25 000 residentes. Colocar essas responsabilidades numa só pessoa seria imprudente e avesso à constante prossecução dos interesses dos fregueses de São Victor. Realçou ainda a necessidade de remunerar condignamente aqueles que abdicam do exercício das suas profissões, muitas vezes do pleno convívio com a família e amigos, para se dedicarem ao serviço de todos os que vivem, trabalham e estudam em São Victor. Um serviço de qualidade também passa pela proximidade e esta, numa freguesia como a nossa, exige tempo que se consegue com a possibilidade de ter dois membros do executivo a desempenharem, em simultâneo, tarefas diferentes e lugares diferentes da nossa freguesia. Recordou ainda a todos os presentes que este ponto da ordem do dia era para aferir a conformidade da opção do executivo com os normativos aplicáveis e que, até aqui, ainda não se tinham levantado quaisquer inconformidades. -----

João Granja voltou a usar a palavra para esclarecer que a intervenção do JPB era para manifestar a posição política do partido que representa nesta assembleia. O JPB faz, neste ponto, um juízo condenatório desta opção do executivo. Para João Granja esta opção do executivo é um erro. Para João Granja o executivo gasta demais com pessoal e esvazia os recursos da freguesia e retiram à população apoios e atividades. João Granja aceitou que o executivo estava legalmente no seu direito de fazer esta opção, mas que do ponto de vista político o JPB não alinhava, nem apoiava esta solução.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente passou à votação, tendo apurado: 4 votos contra do PS, 6 abstenções (4 do JPB, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal) e 8 votos em favor do ASB. **Aprovada por inexistência de inconformidades.**-----

Ato contínuo, a Presidente abriu à discussão o **Ponto Seis** da Ordem do Dia, a saber **Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, a que alude a alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12/09. E situação dos compromissos plurianuais à data de 30/11/2025.** (Cf. Doc. 22).-----

Aberta a discussão, usou da palavra o Presidente da Junta, Alberto Alves, para inquirir os presentes quanto à necessidade ou não de alterar a estrutura deste documento. -----

Seguidamente interveio Bernardo Gonçalves do partido "IL" que teceu algumas considerações sobre o documento. -----

João Granja do JPB tomou a palavra para apontar a necessidade de limitar o documento a informação que plasme a prossecução de interesses relevantes para os fregueses. Quanto às contas, declarou-se perplexo com as receitas em certidões que lhe parecem demasiadas generosas. Questionou o Executivo sobre a alegada existência de um conflito laboral em sede judicial com uma funcionária ou ex-funcionária desta Junta e que, a existir, poderá impactar nas contas. -----

O Presidente respondeu que não tem conhecimento de qualquer conflito em curso. -----  
O Presidente do executivo aproveitou para convidar os presentes para o cantar das Janeiras do Grupo de Montariol que decorrerá na sede da junta, no dia 2 de janeiro pelas 20:30.-----

Encerrado este ponto, a Presidente procedeu à aprovação da ata em minuta.-----

Feita a votação, apurou-se unanimidade em favor da aprovação da ata em minuta com vista à sua imediata operacionalização para todos os efeitos legais.-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa encerrou a sessão às 23:52, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por mim, Secretário e pela Presidente.-----

A Presidente da Mesa em substituição: Cristiana Dias Pereira

1º Secretário: Mário Rafael Correia Gonçalves